

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3  
Edifício Adail Belmonte  
Brasília - DF - CEP: 70070-600  
Telefone: (61) 3366-9100  
[www.cnmp.mp.br](http://www.cnmp.mp.br)

**SUMÁRIO**

Secretaria-Geral.....	1
Plenário.....	16
Corregedoria Nacional.....	27

**SECRETARIA-GERAL**

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
21ª Sessão Ordinária de 2016

Dia: 08/11/2016

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

**PAUTA DESTA SESSÃO**

1) Aprovação das Atas da 19ª Sessão Ordinária (11/10/16) e da 20ª Sessão Ordinária (18/10/16).

**PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS****Processos com Pedidos de Vista****Pedido de Vista em 24/02/2015**

2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24

Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

**Pedido de Vista em 14/04/2015**

- 3) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10  
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira  
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de interceptações telefônicas, e dá outras providências.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

- 4) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70  
Proponente: Presidência do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 27/01/2016

- 5) Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36  
Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 12/04/2016

- 6) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02  
Proponente: Presidência do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 14/06/2016

- 7) Proposição n.º 0.00.000.001222/2014-53 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001569/2014-04)  
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Brasília  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 27/07/2016

- 8) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000229/2015-39  
Requerente: Cândido Furtado Maia Neto – Procurador de Justiça/PR  
Assunto: Trata-se de sugestão, para análise por parte do CNMP, da possibilidade de regulamentação de remoção por permuta entre membros vitalícios dos Ministérios

Públicos Estaduais.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Paraná  
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 09/08/2016

- 9) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)  
Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa  
Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955  
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Tocantins  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 23/08/2016

- 10) Inspeção n.º 0.00.000.000234/2016-22  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público da União  
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção realizada na Procuradoria Geral da República.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 18/10/2016

- 11) Inspeção n.º 0.00.000.000346/2016-83  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Escola Superior do Ministério Público da União  
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção ordinária realizada na Escola Superior do Ministério Público da União.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Processos Remanescentes

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão (26/07/2016)

- 12) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001634/2013-11  
Requerente: Elizabeth Helena de Faria Campos – Promotora de Justiça/MPDFT  
Advogado: Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF nº 36.482  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Assunto: Requer revisão do processo administrativo nº 08190.050803/11-07, que tramitou no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 13) Proposição n.º 0.00.000.001675/2014-80  
Requerente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação

extrajudicial finalística.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão (09/08/2016)

- 14) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.001678/2014-13  
Requerente: Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho – Promotor de Justiça/PE  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida no Processo CNMP n.º 0.00.000.0001811/2013-51, para que o membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco seja habilitado em todas as remoções para as quais concorreu e para efeito de contagem de remanescência.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Pernambuco

Processos desta Sessão (08/11/2016)

- 15) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000164/2013-60  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 na Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
- 16) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000215/2013-53  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria da República no Estado de Tocantins  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 na Procuradoria da República no Estado de Tocantins.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
- 17) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000287/2013-09  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 no Ministério Público do Estado do Maranhão.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
- 18) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000397/2013-62  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP nº 81/2012 no Ministério Público do Estado do Tocantins.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
- 19) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000406/2013-15  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP nº 81/2012 no Ministério Público do Estado do Espírito Santo.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal

20) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000409/2013-59

Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 na Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal

21) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000813/2013-22

Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 no Ministério Público do Estado da Paraíba.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal

22) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000821/2013-79

Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho no Estado do Amazonas  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP Nº 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho no Estado do Amazonas.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal

23) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001488/2013-15

Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado do Tocantins  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal

24) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001544/2013-11

Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPE – Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal

25) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001573/2013-83

Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPT – Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região/Manaus  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal

- 26) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001600/2013-18  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPE – Ministério Público do Estado de Tocantins  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
- 27) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.00186/2014-19  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPE – Ministério Público do Estado da Paraíba  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
- 28) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000415/2014-97  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPF – Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
- 29) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000105/2016-34 (Recurso Interno)  
Recorrente: João Gualberto Fattori  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: São Paulo

## PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

### Processos com Pedidos de Vista

#### Pedido de Vista em 24/11/2015

- 1) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00004/2015-08  
Requerente: Paulo Eduardo Bueno  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: São Paulo  
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

#### Pedidos de Vista em 27/01/2016

- 2) Proposição n.º 1.00059/2015-09  
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.



Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Cons. Fábio Bastos Stica

3) Proposição nº 1.00126/2015-31

Proponente: Jarbas Soares Júnior  
Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Presidente

Pedidos de Vista em 21/06/2016

4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00145/2015-77

Requerente: Associação do Ministério Público de Rondônia - AMPRO  
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia  
Interessado: Flavia Barbosa Shimizu Mazzini  
Objeto: Controle. Decisão. Colégio de Procuradores de Justiça. Ministério Público do Estado de Rondônia. Reconhecimento, Art. 100 combinado art. 127 da Lei Complementar nº 93/93. Licença-Prêmio.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Rondônia  
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

5) Proposição nº 1.00236/2016-01

Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 26/07/2016

6) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00097/2016-61

Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará  
Advogado: José Francisco Ferreira Rebouças – OAB/CE nº 4.697  
Objeto: Processo Administrativo Disciplinar. Atraso e morosidade em processos e procedimentos. Conduta incompatível com o cargo de Promotor de Justiça. Violação de deveres funcionais. Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Portaria CNMP-CN nº 30/2016.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Ceará  
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedidos de Vista em 23/08/2016

7) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00075/2016-65

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Portaria CNMP-CN nº

020/2016. RD 0.00.000.000855/2015-25.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

- 8) Nota Técnica nº 1.00431/2016-04  
Proponente: Conselheiro Fábio Bastos Stica  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Nota Técnica. Projeto de Lei nº 233/2015, em trâmite no Senado Federal. Reramento do inquerito civil e dos procedimentos correlatos a cargo do Ministério Público.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

#### Pedido de Vista em 13/09/2016

- 9) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00558/2016-14  
Requerente: Glaucio Araujo de Oliveira – Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Portaria n. 434/2016, da Procuradoria Geral do Trabalho. Fixação de vagas de Procurador Regional do Trabalho por sede das PRTs. Alteração na organização administrativa sem participação do Conselho Superior. Requer sustação dos efeitos da referida Portaria.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Paraná  
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

#### Pedidos de Vista em 27/09/2016

- 10) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00291/2016-00  
Requerente: Corregedor Nacional  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Advogado: Marcus Felipe Botelho Pereira – OAB/ES nº 8.258  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Falta funcional. Base na Reclamação Disciplinar CNMP nº 0.00.000.000231/2016-99. Facilitação da substituição.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
- 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00385/2016-16  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. Divulgação em site institucional de artigo de cunho político-ideológico. Utilização indevida de página eletrônica do órgão. Afronta aos princípios de impessoalidade, imparcialidade e de neutralidade das instituições quanto a ideologias político-partidárias.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Mato Grosso  
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

#### Pedidos de Vista em 11/10/2016

- 12) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00443/2015-76



Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Advogados: Renan Sales Vanderlei – OAB/ES n.º 15.452; Thiago Carvalho de Oliveira – OAB/ES n.º 11.587  
Objeto: Processo administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, conforme constatado no processo n.º 0.00.000.000292/2015-75.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

13) Processo Administrativo Disciplinar n.º 1.00179/2016-15

Requerente: Corregedoria Nacional  
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Ceará  
Advogados: Gustavo Sampaio Brasilino de Freitas – OAB/CE n.º 17.106; Afonso Roberto Mendes Belarmino – OAB/CE n.º 25.465  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Processo Administrativo Disciplinar. Aceitação de promessa de vantagem indevida. Prática de ato de ofício infringindo o dever funcional.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Pedidos de Vista em 18/10/2016

14) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00266/2016-45

Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Desconstituição de decisões. Autorização de ajuizamento de Ação Civil para decretação da perda do cargo contra membros do MP/ES. Colégio de Procuradores de Justiça. Procedimentos GAMPES n.º 2015.0030.1104-05, n.º 2015.0029.8107-95, n.º 2015.0029.8106-82 e n.º 2015.0029.8105-69. Inspeção CNMP n.º 0.00.000.001007/2014-52.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Espírito Santo  
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

15) Proposição n.º 1.00450/2016-40

Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que altera a redação dos artigos 1º, 4º, 5º, 7º, 8º e 9º da Resolução n.º 95, de 22 de maio de 2013, que dispõe sobre as atribuições das ouvidorias dos Ministérios Públicos dos Estados e da União.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

16) Proposição n.º 1.00312/2015-43

Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária (31/05/2016)

- 17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00388/2015-97  
Requerente: Karla Kelly de Sena Rodrigues  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Remoção de servidor por interesse da administração da Procuradoria Geral da República. Vaga de aposentadoria na Procuradoria do Trabalho em Fortaleza que não foi colocada em remoção.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (13/06/2016)

- 18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00221/2015-07  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Receitas e despesas previdenciárias praticadas mensalmente durante o período de 2012-2014. Estrutura de Pessoal. Servidores cedidos. Pagamento de incorporação de gratificação de função aos membros. Legalidade do pagamento de gratificação de risco de vida.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (26/07/2016)

- 19) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Pernambuco

- 20) Proposição nº 1.00439/2015-53  
Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega  
Objeto: Proposta de Resolução que proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no Ministério Público de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Distrito Federal

- 21) Proposição nº 1.00395/2016-60  
Proponente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Adequação do Regimento Interno às disposições do Novo Código de Processo Civil.  
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 17ª Sessão Ordinária (13/09/2016)

- 22) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00168/2016-17  
Requerente: Francisco de Assis Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Interessado: David Raimundo Santos  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso para ingresso na carreira de Promotor Substituto. Suspensão de posse de candidatos. Irregularidade nos critérios para atendimento dos requisitos determinantes ao direito às vagas reservadas para candidatos negros.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Bahia

23) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40

Requerente: José Carlos Cruz  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: São Paulo

24) Proposição nº 1.00481/2016-37

Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Cobrança de fiscalização por parte das Corregedorias do Ministério Público brasileiro. Obrigatória presença. Coibição da prática de assinatura posterior em atos nos quais os membros não estiveram presentes.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal

25) Proposição nº 1.00580/2016-19

Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 7º da Resolução CNMP nº 13/2006. Alteração dos artigos 6º e 7º da Resolução CNMP nº 23/2007.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (27/09/2016)

26) Proposição nº 1.00192/2015-39 (Embargos de Declaração)

Embargante: José Robalinho Cavalcanti  
Objeto: Proposta de Recomendação que estabelece a política de comunicação social do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes  
Origem: Distrito Federal

27) Procedimento Avocado nº 1.00424/2015-30

Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG n.º 58.400  
Objeto: Procedimento Disciplinar Administrativo instaurado pela Portaria nº 30/2015. Avocado da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Decisão proferida no Processo CNMP nº 0.00.000.000797/2015-30.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal

28) Proposição n.º 1.00239/2016-72

Requerente: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza  
Objeto: Proposição. Resolução. Designação de membros do Ministério Público. Auxílio no âmbito dos órgãos auxiliares e da Administração Superior.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (08/11/2016)

29) Pedido de Providências nº 1.00091/2015-40

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe  
Objeto: Providências. Inadequação. Quadro de Servidores. 4ª Promotoria de Justiça da Curadoria da Fazenda Pública de Aracaju. Inobservância. Prazos Processuais. Ministério Público do Estado de Sergipe.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Sergipe

30) Proposição nº 1.00223/2015-06

Requerente: Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Objeto: Proposta de Enunciado do Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho que dispõe sobre a obrigatoriedade de participação da Ordem dos Advogados do Brasil nos concursos para ingresso no Ministério Público.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal

31) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00305/2015-60

Requerente: Francisco de Jesus Lima  
Advogado: Analina de Jesus Lima – OAB/PI nº 5.601  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 027/2012, que tramitou no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Piauí

32) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00074/2016-01 (Embargos de Declaração)

Embargante: Dioneles Leone Santana Filho  
Advogado: Pablicio Monteiro Cardoso – OAB/BA n.º 20.167  
Embargado: Corregedoria Nacional  
Objeto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 69726/2012. Ministério Público do Estado da Bahia.  
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Origem: Bahia

33) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00076/2016-19

Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Advogado: José Fábio Marques Dias Junior – OAB/MT nº 6.398  
Objeto: Pedido de Revisão do Procedimento Administrativo Disciplinar GEDOC nº 000022-024/2014 (MPMT). Ministério Público do Estado de Mato Grosso.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Mato Grosso

34) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00186/2016-07 (Recurso interno)

Recorrente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Paraná  
Recorridos: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná  
Ministério Público do Estado do Paraná. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 005/2015. Descumprimento de deveres funcionais. Revisão de pena de censura.  
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Origem: Paraná

35) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00235/2016-58

Requerente: Gustavo Lins Tourinho Costa  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar CGMP/PE nº 007/2012.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Pernambuco

36) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00303/2016-42

Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará  
Advogado: Afonso Roberto Mendes Belarmino – OAB/CE nº 25.465  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Processo Administrativo Disciplinar. Portaria CNMP-CN nº 81/2016. Informações das Reclamações Disciplinares CNMP nº 0.00.000.000565/2015-81 e nº 0.00.000.000010/2016-11. Omissão reiterada do cumprimento de deveres funcionais.  
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Origem: Ceará

37) Revisão de Processo Disciplinar n.º 1.00334/2016-30

Requerente: Simone Almada Goes  
Advogados: Alexandre Bastos – OAB/MS nº 6.052; Bento Adriano Monteiro Duailibi - OAB/MS nº 5.452; Camila Cavalcante Bastos - OAB/MS nº 16.789; Thamires Rios Brito - OAB/MS nº 17.360; Katia Regina Bernardo Claro - OAB/MS nº 17.927; Matheus Sayd Bellé - OAB/MS nº 18.543  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Revisão de Processo Disciplinar. Sindicância nº 10/062/CGMP/2014.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Mato Grosso do Sul

38) Reclamação Disciplinar nº 1.00351/2016-68 (Recurso interno)

Recorrente: Galal Faro  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em face do Ministério Público do Estado do Paraná.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Paraná

39) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00421/2016-60 (Recurso interno)

Recorrente: Vinicius Santos de Santana  
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Anulação de ato administrativo. Subprocurador-Geral de Justiça. Lei Municipal de Mongaguá nº 2689/2014. Determinação de revogação de falta justificada. Pagamento do dia descontado.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes  
Origem: São Paulo

40) Avocação nº 1.00449/2016-98

Requerente: Evandro Barbosa da Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Advogado: Evandro Barbosa da Silva – OAB/PE nº 14.581  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Solicitação de avocação de procedimentos em trâmite na Corregedoria Geral.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal

41) Proposição nº 1.00487/2016-69

Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Recomendação. Garantia do princípio constitucional do estado laico. Esferas executiva, legislativa e judiciária. Adoção de políticas públicas.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes  
Origem: Distrito Federal

42) Pedido de Providências nº 1.00503/2016-13 (Recurso interno)

Recorrente: Defensoria Socioambiental  
Recorrido: Procuradoria da República no Município de São João de Meriti/RJ  
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de São João de Meriti. Irregularidades. Programa Habitacional do Governo Federal "Minha casa, minha vida". Residencial Condomínio Mônaco. Inquérito Civil Público nº 1.30.017.000099/2015-61.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Rio de Janeiro

43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00555/2016-53

Requerente: Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público - ANSEMP  
Requerido: Ministério Público Eleitoral  
Objeto: Ministérios Públicos Estaduais. Requer medida que desobrigue os servidores a atuarem no âmbito do Ministério Público Eleitoral. Falta de amparo legal para a exigência. Possibilidade de criação de quadro próprio específico de servidores para atuar naquele órgão. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Ceará

44) Proposição nº 1.00586/2016-40

Requerente: Esdras Dantas de Souza  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que altera o art. 7º da Resolução nº 135/2016, que instituiu o Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes  
Origem: Distrito Federal

45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00602/2016-03 (Recurso Interno)

Recorrente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – ASSEMPECE  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Lei de Acesso à Informação. Não atendimento à solicitação.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Ceará

46) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00606/2016-10

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe  
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe  
Interessado: Luis Felipe Jordão Wanderley  
Objeto: Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Sergipe. Decisão pelo não



recebimento do pedido de impugnação da permanência na carreira de membro do Parquet. Requer suspensão do ato e sua posterior anulação, determinando-se a instauração de procedimento administrativo para aferir a aptidão funcional de membro daquele *Parquet*.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Sergipe

47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00633/2016-92

Requerente: Claude Henri Appy – Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, em exercício  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região – MG  
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Controle da Portaria PGT nº 434/2016. Sustação de processos de remoção e promoção. Editais PGT nº 11/2016 e CSMPT nº 27/2016. Definição do processo de promoção ao cargo de Procurador Regional do Trabalho, sem lesão à antiguidade dos membros.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal

48) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00640/2016-76

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí  
Advogados: Antonio Carlos da Costa e Silva – OAB/PI nº 1977; Pedro Filipe Batista Lima OAB/PI nº 8197; Aline Costa Reis Santana – OAB/PI nº 10389  
Objeto: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí. Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2014.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Piauí

49) Reclamação Disciplinar n.º 1.00655/2016-99 (Recurso Interno)

Recorrente: Westei Conde y Martin Junior  
Advogado: Leonardo Sales de Aguiar – OAB/PE n.º 24583  
Recorrido: Servidor do Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de Servidor do Ministério Público do Estado de Pernambuco.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Pernambuco

50) Pedido de Providências nº 1.00687/2016-30

Requerentes: Jocelino da Conceição Silva Júnior; Washington Luiz Alvarenga  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Ausência de Promotor Titular. Prazos para resposta ao Conselho Tutelar. 1ª Promotoria da Infância e Juventude de Vitória.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Espírito Santo

51) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00697/2016-84

Requerente: Marcelo Antonio Ceara Serra Azul  
Advogados: Cristina de Almeida Canêdo – OAB/DF n.º 26.782; Vinicius de Figueiredo Teixeira – OAB n.º 19.680  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Desconstituição de ato. Processo nº 1.000.001.000212/2016-05. Promoção por antiguidade. Vaga de Subprocurador-Geral da República. Edital nº 02/2016. Pedido de Liminar.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal

52) Pedido de Providências nº 1.00717/2016-53

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: São Paulo

53) Pedido de Providências nº 1.00723/2016-83 (Recurso interno)

Recorrente: Ministério Público do Trabalho

Recorridos: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional no Estado do Acre

Advogados: Marcos Vinicius Jardim Rodrigues – OAB/AC nº 2.299

Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Acre. Indeferimento de acesso a advogado. Inquérito Civil nº 000150.2016.14.001/0. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Acre

54) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00754/2016-70

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Sergipe

Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe

Interessado: Luis Felipe Jordão Wanderley

Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Decisão do Conselho Superior do Ministério Público. Não conhecimento do incidente de impugnação ao vitaliciamento de membro. Determinação de instauração de procedimento administrativo de incidente de impugnação de vitaliciamento de membro. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Sergipe

55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00756/2016-88

Requerente: Marcelo Goss Neves

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Ministério Público do Trabalho. Anulação. Portaria PGT nº 434/2016. Fixação do número de ofícios de Procurador Regional do Trabalho. Prejuízo à Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS  
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

ACÓRDÃOS DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO – PCA Nº 1.00646/2016-06

Requerente: João Felipe Sousa Vieira

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. CONCURSO SERVIDOR PÚBLICO. 5% DAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.

NOMEADO CANDIDATO NA 60ª POSIÇÃO. NOMEADOS EFETIVAMENTE 51 CANDIDATOS. IMPOSSIBILIDADE DE ARREDONDAMENTO DA NOTA. CERTAME COM LONGO PRAZO DE VIGÊNCIA. NOMEAÇÃO PRECOCE REPRESENTARIA ALTERAÇÃO DO COEFICIENTE LEGAL DE 5%. IMPROCEDÊNCIA.

1 - Requer seja determinada sua imediata nomeação no cargo de Analista Técnico Jurídico, em vaga reservada aos candidatos portadores de deficiência, nos quadros de servidores do Ministério Público do Estado da Bahia, vez que não foi obedecida a reserva mínima de 5% das vagas.

2 – O candidato requerente classificou-se na 4ª colocação dentre as vagas reservadas aos deficientes. Como o 1º colocado nas vagas de deficiente ficou em 12º lugar, foi nomeado nas vagas de ampla concorrência, o que colocaria o requerente na 3ª posição dentre os candidatos deficientes.

3 - Embora a nomeação já tenha alcançado o candidato colocado na 60ª posição da classificação geral, foram nomeados, efetivamente, apenas 51 (cinquenta e um) aprovados, uma vez que, dentre os candidatos que integram a lista da 1ª a 60ª posição no quadro geral, pela ordem de classificação, 9 (nove) ainda estão mantidos no certame por força de decisões judiciais que os autorizaram, em caráter precário, continuar na lista de classificados.

4 – Outrossim, não há porque utilizar o arredondamento da fração nesse momento de vigência do concurso, uma vez que o certame ainda conta com um extenso prazo de validade até sua expiração, representando tempo suficiente para que o requerente figure dentre os candidatos nomeados. Nas normas de regência - Lei nº 7.853/89 e Decreto 3.298/99 alterado pelo Decreto nº 5.296/2004 – não há nenhuma determinação para que seja feita a nomeação antecipada por arredondamento da fração

5 - O arredondamento precoce da nota do candidato representaria alteração do coeficiente legal de 5%.

6 - Improcedência.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em julgar IMPROCEDENTE o presente Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto do Relator.

Brasília/DF, 18 de outubro de 2016.

WALTER DE AGRA JÚNIOR

Conselheiro Relator

Embargos Declaratórios em Recurso Interno em Procedimento de Controle Administrativo Nº 1.00651/2016-74

Relator: Conselheiro Walter de Agra Júnior

Requerente: Emerson Silva

Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão

EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO INTERNO. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. SUPOSTA OMISSÃO. DEMANDA EXCLUÍDA DA ATRIBUIÇÃO DESTES CNMP. ENUNCIADO CNMP 8/2015. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE MÉRITO. AUSÊNCIA DA OMISSÃO ALEGADA. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios em que se alega omissão da decisão colegiada deste Conselho, que decidiu pelo não provimento de recurso interno interposto pelo requerente.

2. O embargante tenta sustentar a tese de que o CNMP não pode se esquivar de defender sua pretensão e que o Enunciado 8/2014 está em dissonância com a Constituição Federal.

3. Ao contrário do que afirmado pelo embargante, inexistente a referida omissão, uma vez que não preenchido o pré-requisito acima mencionado, este CNMP sequer adentra ao mérito da questão.
4. Ausência de omissão da decisão embargada.
5. Recurso conhecido, mas improvido.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer dos Embargos Declaratórios, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Brasília-DF, 18 de outubro de 2016.

WALTER DE AGRA JÚNIOR  
Conselheiro Relator

PROCEDIMENTO AVOCADO nº 1.00309/2016-74

Relator: SÉRGIO RICARDO DE SOUZA

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Acre

E M E N T A PROCEDIMENTO AVOCADO. MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE. IMPUTAÇÃO DE CONDUTAS FUNCIONAIS E PESSOAIS INCOMPATÍVEIS COM O DESEMPENHO DO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA. PRELIMINARES REJEITADAS. ELEMENTOS PROBATÓRIOS SUFICIENTES À CONDENAÇÃO DO PROCESSADO PELA INFRAÇÃO IMPUTADA. CONDUTA DO PROCESSADO REFLETIU NEGATIVAMENTE NA IMAGEM QUE A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO TEM DA INSTITUIÇÃO MINISTERIAL. PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR PARA A APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO.

1. Procedimento Avocado em razão de decisão plenária proferida nos autos do PCA 1.00296/2015-99.
2. Portaria 022/2015, da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Acre, expedida em 18 de março de 2015 e aditada em 24 de junho de 2015, narra que o processado mantinha condutas funcionais e pessoais incompatíveis com o desempenho do cargo de Promotor de Justiça perante a comunidade de Manoel Urbano/AC, atitudes a caracterizar as infrações disciplinares descritas no art. 54, inciso VI, alíneas “a”, “b”, “d”, “e”, “o”, e “x” da LCE nº 08/83, atualmente revogada, infrações estas atualmente tipificadas nos os incisos II, III, XII, XIV e XXVIII, do artigo 101 da LOMPAC em vigor, LCE nº 291/2014.
3. Preliminares de nulidade em razão do impedimento da autoridade sindicante de ser arrolada como testemunha e da utilização de suposta prova ilícita (gravação telefônica entre o processado e uma das testemunhas, na qual a interlocutora gravou a conversa) devidamente apreciadas e afastadas pelo Plenário deste Conselho no julgamento do Pedido de Avocação nº 337/2015-10.
4. Preliminares de nulidades em razão da participação, em audiência de instrução, do Promotor Corregedor, do contato prévio do Promotor Sindicante com outras testemunhas, e do cerceamento de defesa em razão da limitação do número de testemunhas a serem arroladas pelo processado. Questões devidamente apreciadas e já rejeitadas pelo Plenário deste Conselho no julgamento do PCA nº 1.00296/2015-99.
5. Preliminar de nulidade em razão da suspeição da Corregedora-Geral e da Subcorregedora-Geral do MPAC. No julgamento do PCA nº 1.00296/2015-99, o Plenário do CNMP apreciou a referida alegação, decidindo pela avocação

do presente PAD a fim de evitar eventuais nulidades em outro momento. Questão rejeitada.

6. Neste aspecto, a instrução dos PADs pelas Procuradoras de Justiça não caracteriza, por si só, a irregularidade dos atos instrutórios praticados na origem. Primeiro, porque cabe ao próprio representado, ao alegar a suposta irregularidade, indicar precisamente qual foi o prejuízo por ele suportado na condução do procedimento pelas Procuradoras, conforme dispõe o art. 563 do CPP. Não havendo prejuízo suportado pelo processado, não há que se falar em nulidade. E segundo, porque as Procuradoras de Justiça não tiveram a sua suspeição declarada por este Conselho Nacional, o qual atuou preventivamente ao avocar os PADs ainda não julgados na origem, a fim de evitar eventuais nulidades em outro momento, o que afasta por si só qualquer alegação de irregularidades pela participação das referidas autoridades na instrução dos processos disciplinares.

7. Preliminar de nulidade em razão da oitiva de pessoas que supostamente teriam interesse na condenação do processado na qualidade de testemunhas em vez de serem ouvidas na qualidade de informantes. A comissão processante, à luz do contraditório e da ampla defesa, apreciou devidamente o pleito do requerente, entendendo por deferir o pedido somente no que concerne a oitiva do vereador Antônio Jefferson Magalhães. A documentação juntada pelo processado foi insuficiente para demonstrar a existência de inimizade entre o membro e qualquer uma das testemunhas por ele contraditadas. Além disso, a contradita no processo penal tem efeito limitado, servindo, na maioria dos casos, para apontar ao julgador eventual parcialidade da testemunha, mas não servindo para afastar o seu depoimento. Não sendo caso de pessoa elencada no rol do art. 207 do CPP, a testemunha pode depor e o juiz, ao valorar o depoimento, reconhecerá o valor probatório respectivo, conforme o seu livre convencimento. Questão rejeitada.

8. Preliminar de nulidade pela inobservância do contraditório e ampla defesa na Sindicância n 003/2014. Sindicância de cunho eminentemente repressor. Ao contrário do que alega o membro, a sindicância teve caráter meramente investigativo e informativo, servindo de impulso administrativo inicial e precário à apuração dos fatos trazidos ao conhecimento da Corregedoria-Geral do MPAC. Questão rejeitada.

9. Preliminar de nulidade pela violação ao contraditório e à ampla defesa. Não fornecimento, pela Corregedoria-Geral do MPAC, da declaração prestada pelos Conselheiros do Fórum Municipal de Segurança em 16/01/2015, ainda que requerida em momento oportuno. As mídias relativas à oitiva das referidas testemunhas foram entregues ao processado no dia 09/04/2015, portanto, dias antes da apresentação da defesa prévia, em 24/04/2015. Além disso, em 02/06/2015, a comissão processante aditou a portaria que instaurou o PAD, reabrindo o prazo para a apresentação de defesa prévia. Questão rejeitada.

10. Preliminar de nulidade em razão da utilização de certidão de fls. 288/290, emitida pelo Promotor Corregedor, a ilustrar fatos inverídicos. O processado, ainda que se refira a uma suposta nulidade que macularia a referida certidão e os documentos dela decorrentes, limita-se em demonstrar a sua insatisfação com os fatos narrados na referida certidão e com as providências adotadas pela Corregedoria-Geral em razão do referido documento. O processado não infirma o conteúdo da certidão suprarreferida. Questão rejeitada.

11. Após analisar as supostas irregularidades apontadas pelo processado, verifico que não há vício que dê ensejo a nulidade dos atos instrutórios praticados pela Corregedoria-Geral do MPAC, razão pela qual convalido os atos praticados na origem, à luz do que dispõe o art. 108, §2º do RICNMP.

12. Prescrição de dois dos fatos imputados ao processado (situação de aluguel de uma casa de propriedade do Sr. Francisco Bezerra de Almeida e situação de não pagamento de uma passagem de avião ao Sr. Mário Jorge da Cunha), em razão do que dispõe o art. 205 da LOMPAC. Demais fatos foram praticados de forma continuada, tendo

em vista a reiteração de condutas funcionais e pessoas incompatíveis com o desempenho do cargo de Promotor de Justiça.

13. O PAD se originou de representação feita pelo então Presidente da Câmara de Vereadores de Manoel Urbano perante a Corregedoria-Geral do MPAC, na qual alegou que o membro teria destratado a Câmara de Vereadores do município ao afirmar, em reunião para celebração de TAC, que o referido órgão era uma “casa de maracutaia”. Extrai-se da prova testemunhal que o processado deixou de zelar pelo prestígio do Poder Legislativo do município, bem como omitiu-se do seu dever de tratar com urbanidade e respeito as autoridades com quem se relacionava em razão do seu ofício, violando os deveres constantes do art. 101, incisos III e XII da LOMPAC.

14. As testemunhas ouvidas durante a sindicância e no desenrolar do processo administrativo disciplinar relataram, de forma coesa, que o processado não possuía trato adequado com a comunidade, adotava postura arrogante e autoritária, e verbalizava rispidamente com os cidadãos locais. Além disso, fazia impor a sua vontade nas relações comerciais em que participava. Em alguns episódios chegou a se utilizar do cargo de Promotor de Justiça a fim de intimidar a população da Comarca, de modo a impor os seus interesses pessoais. Tais comportamentos refletiram negativamente na imagem que a população do município tem da instituição ministerial, principalmente pelo fato do membro ter sido o primeiro Promotor de Justiça a residir no local.

15. A produção probatória levada a cabo pela Comissão Processante resultou na coleta de elementos suficientes a evidenciar a autoria e materialidade das infrações aos deveres impostos aos membros do MPAC, notadamente aqueles previstos no art. 101, incisos II, III, XII, da LOMPAC. Procedência da pretensão disciplinar para a aplicação da penalidade de suspensão.

16. Considerando: (i) que o membro foi afastado e removido compulsoriamente da Comarca de sua titularidade, o que, ainda que essa medida não seja considerada uma pena disciplinar em sentido estrito, conforme a Lei Orgânica do MPAC<sup>1</sup>, traz maléficas consequências ao membro (perda de chefia, perda de gratificação eleitoral, mudança de domicílio com os ônus decorrentes etc); (ii) que no PAD nº 003/2014, em sede revisão por este Conselho sob o nº 1.00353/2016-75, houve a desconstituição da pena de censura, com a consequente substituição pela penalidade de advertência, por conduta irregular praticada na mesma ocasião e lugar; (iii) e que no bojo do PAD nº 004/2015, instaurado em razão de correição na qual o membro obteve conceito insuficiente, o órgão julgador do MPAC aplicou a penalidade de 30 (trinta) dias de suspensão (partindo da premissa de que já havia sido punido com advertência e censura, quando na verdade esta última foi reduzida por este Conselho), ou seja, por estar evidenciado que em decorrência dos diversos atos irregulares que praticou de forma continuada durante o exercício das funções na Promotoria Cumulativa da Comarca de Manoel Urbano, o ora processado já recebeu outras graves punições, entendendo que, para se evitar uma possível afronta ao princípio da proporcionalidade, no aspecto da proibição de excesso, se mostra adequada e suficiente para sancionar os fatos imputados ao processado a pena de 45 (quarenta e cinco) dias de suspensão, nos moldes do que dispõe o art. 198 e 200 da LOMPAC.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em afastar as preliminares suscitadas, e, no mérito, julgar procedente o presente Procedimento Avocado para aplicar a penalidade de suspensão, a qual, por maioria, restou fixada pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Brasília-DF, 18 de outubro de 2016.

Conselheiro SÉRGIO RICARDO DE SOUZA

Relator



PROPOSIÇÃO nº 1.00452/2016-57

Relator: SÉRGIO RICARDO DE SOUZA

Requerente: Cons. Walter de Agra Júnior

E M E N T A PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO. DISPÕE SOBRE A ATUAÇÃO DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO NO ACOMPANHAMENTO À SUBSTITUIÇÃO DOS LIXÕES PELOS ATERROS SANITÁRIOS EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 54 DA LEI Nº 12.305/2010. DIREITO A UM MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO. RELEVÂNCIA DO TEMA. APROVAÇÃO.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, por aprovar a presente Proposição, nos termos do voto do Relator.

Brasília-DF, 18 de outubro de 2016.

Conselheiro SÉRGIO RICARDO DE SOUZA

Relator

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 1.00284/2016-27

Relator: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Requerente: Câmara Municipal de Bom Jesus da Lapa/BA

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

E M E N T A PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA SEM TITULAR. ATENDIMENTO DEFICIENTE DAS DEMANDAS LOCAIS. DESPROPORCIONALIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS NO ESTADO. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em julgar parcialmente procedente o presente Pedido de Providências, nos termos do voto do Relator.

Brasília-DF, 18 de outubro de 2016

Conselheiro FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA

Relator

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 1.00175/2016-09

Relator: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá

E M E N T A PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES NAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO E NA ESTRUTURA DE PESSOAL DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ. PROVIDÊNCIAS EM CURSO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ALUDIDO. PROPOSTA DE MINUTA DE PROJETO DE LEI QUE REESTRUTURA OS CARGOS EM COMISSÃO DOS GABINETES DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR. EXTINÇÃO DE CARGOS. MANUTENÇÃO DOS CARGOS ASSESSOR DE PROCURADOR DE JUSTIÇA E DE AGENTE DE SEGURANÇA. ANÁLISE À LUZ DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REGRA DO CONCURSO PÚBLICO E CARGOS EM COMISSÃO. ESTRUTURA DE PESSOAL E FEIXE DE ATRIBUIÇÕES QUE NÃO SE HARMONIZAM COM O SISTEMA CONSTITUCIONAL BRASILEIRO. CARGOS EM COMISSÃO CUJAS ATRIBUIÇÕES NÃO SE ENCONTRAM DISCRIMINADAS EM LEI.

NECESSIDADE DE REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ E DE ADEQUAÇÃO LEGISLATIVA AO DISPOSTO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PROCEDÊNCIA.

1. A exigência do concurso público como regra para o provimento dos cargos e empregos públicos é uma garantia constitucional que visa atender aos princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade, dentre outros.
2. O cargo de provimento em comissão, previsto na própria Constituição Federal, constitui exceção à regra do concurso público, sendo tal exceção justificada pela natureza do cargo, que exige relação de confiança direta entre o superior hierárquico e o servidor nomeado, e apenas se destina às funções de direção, chefia e assessoramento.
3. No caso em questão, relativo ao Ministério Público do Amapá, verifica-se que a estrutura de pessoal das Procuradorias de Justiça é composta tão somente por cargos em comissão, sendo que a maioria destes cargos possuem atribuições meramente administrativas, operacionais ou técnicas, que não se enquadram no conceito de funções de direção, chefia e assessoramento.
4. O Supremo Tribunal Federal, quanto à matéria, tem adotado postura rigorosa na defesa da exigibilidade de realização de concurso público como regra constitucional, seja declarando inconstitucionais leis que criaram cargos em comissão fora das hipóteses previstas na Constituição, seja decidindo pela necessidade de aplicação do princípio da proporcionalidade para resguardar a correlação entre o número de cargos efetivos e em comissão.
5. Em que pesem as providências adotadas pelo Ministério Público do Amapá no sentido de encaminhar Projeto de Lei à Assembleia Legislativa para reestruturar o quadro de pessoal dos gabinetes da Administração Superior da Instituição, verifica-se que, in casu, a minuta aprovada pelo Colégio de Procuradores padece de vícios semelhantes aos da situação acima exposta.
6. Procedimento de Controle Administrativo julgado procedente para determinar ao Ministério Público do Estado do Amapá que promova, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a exoneração de todos os servidores comissionados da estrutura de pessoal dos gabinetes dos Procuradores de Justiça, a exceção dos que exerçam o cargo de Assessor de Procurador de Justiça, em virtude da inadequação dos demais cargos aos preceitos constitucionais do artigo 37, incisos II e V da Constituição Federal.
7. Determinação para que o Ministério Público do Estado do Amapá proceda, a partir de sua competência de iniciativa legislativa, à adequação das normas locais que tratam dos cargos em comissão de sua estrutura de pessoal às diretrizes constitucionais e à jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em julgar procedente o presente Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto do Relator.

Brasília-DF, 18 de outubro de 2016

FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA

Conselheiro Relator

Processo: Procedimento Avocado nº 1.00557/2016-60

Relator: Conselheiro Otávio Brito Lopes

Relator para acórdão: Conselheiro Walter de Agra Júnior

Requerente: Corregedoria Nacional

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

E M E N T A PROCEDIMENTO AVOCADO. MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. NÃO VITALÍCIO. DESLOCAMENTO PARA COMARCA DIVERSA DA SUA TITULARIDADE. FALSIDADE IDEOLÓGICA. REGISTRO DE DADOS INVERÍDICOS EM SISTEMA INFORMATIZADO DO MP/GO. UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL FRAUDULENTO PARA INSTRUIR REQUERIMENTO DE PAGAMENTO DE DIÁRIA. COMPROVAÇÃO DE INSERÇÃO DE INFORMAÇÃO IDEOLOGICAMENTE FALSA EM NOTA FISCAL E PAGAMENTO DIVERSO DO CONSTANTE NA NOTA FISCAL. COMPROVADO O REGISTRO DE DADOS INVERÍDICOS EM SISTEMA INFORMATIZADO DO MP/GO. ATUAÇÃO INCOMPATÍVEL COM A ATUAÇÃO DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE. APLICAÇÃO DA PENA DE SUSPENSÃO POR TRINTA DIAS. PROCEDÊNCIA.

1. Não há controvérsia em relação ao fato de o promotor de justiça processado ter passado apenas uma única noite na Pousada nem que este cobrou duas pernoites completas do Ministério Público de Goiás.
2. O sistema informatizado de diárias somente é acessado por meio de senha pessoal e intrasferível e a simples inserção de horário diverso da realidade já revela a intenção do promotor de justiça processado faltar com a verdade.
3. Ficou comprovada a discrepância entre o valor pago pelo promotor de justiça e o valor constante da nota fiscal, propiciando a cobrança de pernoite em descompasso com a realidade para atendimento fictício das exigências do art. 11, I, "a", da regulamentação local acerca da matéria.
4. O promotor de justiça processado tinha pleno conhecimento de que sua conduta teria repercussão na seara administrativa, tanto que devolveu o valor indevidamente recebido.
5. Não há ofensa que seja insignificante em relação à moralidade e probidade administrativas, constitucionalmente asseguradas.
6. O princípio da moralidade está conectado ao conceito de adequada administração, ao elemento ético, ao interesse público e honestidade.
7. A Lei Orgânica do Ministério do Estado de Goiás estabelece em seu art. 198, I que a pena de suspensão será aplicada no caso em que a gravidade da infração justificar, desde logo, a aplicação da pena de suspensão.
8. Pedido julgado procedente.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em julgar PROCEDENTE o presente procedimento avocado, nos termos do voto vencedor, para aplicar a pena de suspensão de 30 (trinta) dias.

Brasília/DF, 18 de outubro de 2016.

WALTER DE AGRA JÚNIOR  
Conselheiro Relator

Procedimento de Controle Administrativo Nº 1.00671/2016-63

Relator: Walter de Agra Júnior

Requerente: José Raimundo Pinheiro de Freitas

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

E M E N T A PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. SUBSTITUIÇÃO DE PROCURADOR DE JUSTIÇA AFASTADO DE SUAS FUNÇÕES POR MAIS DE

TRINTA DIAS. DETERMINAÇÃO LEGAL DE SUBSTITUIÇÃO POR PROMOTOR DE JUSTIÇA DA MAIS ELEVADA ENTRÂNCIA. CANCELAMENTO DOS EDITAIS NÚMEROS 033, 034 e 035/2016. ENTENDIMENTO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ PELA SUBSTITUIÇÃO DO PROCURADOR DE JUSTIÇA POR OUTRO PROCURADOR DE JUSTIÇA. SUPOSTA REGRA LEGAL AUTORIZADORA. INEXISTÊNCIA. REGRA ESPECIAL QUE PREVALECE SOBRE A GERAL. DUAS VAGAS SUBSISTENTES. INVALIDAÇÃO DO ATO DE CANCELAMENTO DOS EDITAIS NÚMEROS 033 e 034/2016. RESTABELECIMENTO DOS EFEITOS DOS EDITAIS NÚMEROS 033 e 034/2016. PROCEDÊNCIA.

1 – A Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Ceará estabelece em seu art. 177: “O Procurador de Justiça afastado das funções por mais de 30 (trinta) dias será substituído, mediante convocação, por Promotor de Justiça da mais elevada Entrância, que atuará na plenitude das funções do cargo”.

2 – A regra específica que prevalece em relação a regra geral, conforme princípio da especialidade. Havendo norma específica que impõe que as substituições de Procuradores de Justiça sejam feitas por promotores da mais elevada entrância, viola o princípio da legalidade proceder de norma diversa, ainda que com fundamentação baseada em norma genérica.

3 - A existência de um dispositivo específico para tratar da substituição do Procurador de Justiça nos afastamentos por período superior a 30 (trinta) dias (art. 177) implica o entendimento de que naquelas hipóteses, a Administração deverá convocar o Promotor de Justiça da mais elevada entrância, do contrário, estaríamos infringindo o princípio da hermenêutica de que a lei não contém palavras/termos inúteis.

4 – O CNMP tem como atribuição zelar observância do art. 37 da Constituição Federal, o que inclui o princípio da legalidade e, por conseguinte, pela legalidade dos atos administrativos.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em julgar PROCEDENTE o presente Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto do Relator.

Brasília/DF, 18 de outubro de 2016.

WALTER DE AGRA JÚNIOR  
Conselheiro Relator

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 1.00360/2016-59

RELATOR: Conselheiro Esdras Dantas de Souza

REQUERENTE: Corregedoria Nacional

REQUERIDO: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Roberto Carlos Batista

EMENTA PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. DESCONSTITUIÇÃO DE DECISÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A ENTREGA DA TESE DE DOUTORADO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROTEÇÃO À CONFIANÇA. PRAZO FATAL DEZEMBRO DE 2016, PARA CUMPRIR O DISPOSTO NO INCISO VII DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO CSMPDFT, SOB PENA DE SE CONFIGURAR A HIPÓTESE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 7º DA CITADA RESOLUÇÃO. PARCIALMENTE PROCEDENTE.

1. Procedimento de Controle Administrativo (PCA) instaurado pela Corregedoria Nacional do Ministério Público contra o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e, ainda, em desfavor do Promotor de Justiça Roberto

Carlos Batista, com o objetivo de desconstituir decisões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, proferidas nos autos do Procedimento Administrativo nº 08190.041530/04, por prorrogação do prazo para a entrega da tese de doutorado do referido Promotor de Justiça, com a consequente devolução dos valores por este recebidos, atualizados monetariamente, a título de vencimentos e vantagens durante os períodos de afastamento.

2. O Promotor de Justiça Roberto Carlos Batista iniciou o primeiro afastamento para frequentar o curso de doutorado ainda no ano de 2005, ou seja, há mais de uma década. Ademais, além dos afastamentos de 17/11/2005 a 31/07/2007, de 17/10/2008 a 30/6/2009 e de 12/09/2011 a 12/01/2012, a planilha de fls. 774 do Procedimento Administrativo nº 08190.041530/04-18 mostra a concessão de sete períodos sucessivos de férias após o segundo período de afastamento, de 17/09/2009 a 17/02/2010, totalizando cinco meses.

3. Há de se ponderar sob a ótica do Promotor de Justiça Roberto Carlos Batista que obteve decisão favorável a prorrogação da entrega de sua tese junto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, até dezembro de 2016.

4. O Promotor de Justiça deve cumprir o disposto no inciso VII do art. 10 da Resolução CSMPDFT nº. 71/2006, impreterivelmente até Dezembro de 2016, sob pena de caracterizar a hipótese do parágrafo único do artigo 7º da citada Resolução, com a consequente devolução de todos os valores recebidos a título de vencimentos e vantagens dura.

5. Procedimento de Controle Administrativo parcialmente procedente.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, pela parcial procedência do Procedimento de Controle Administrativo, nos termos do voto do Relator.  
Brasília-DF, 18 de outubro de 2016.

Conselheiro ESDRAS DANTAS DE SOUZA

Relator

#### DECISÃO LIMINAR DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

PROCESSO: PP 1.00506/2016-84

CONSELHEIRO: Conselheiro Gustavo Rocha

REQUERENTE: Antônio Carlos Amâncio

REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

REQUERIDA: Maria Clara Mendonça Perim

#### DECISÃO

1. A decisão liminar oriunda deste Órgão Nacional de Controle é clara ao determinar ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo que providenciasse a participação da requerente **mediante os procedimentos e eventuais atos que se fizessem necessários**, in verbis:

(...) Diante de todo o exposto, considerando que a mera alteração da data da sessão a ser realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo não impede o cumprimento da decisão liminar anteriormente deferida; e considerando a ausência de quaisquer alterações dos pressupostos fáticos e jurídicos autorizadores, **CONCEDO**, em caráter excepcional justificado pelas peculiaridades do caso concreto, **medida de urgência** para a **extensão dos efeitos** da liminar, no sentido de autorizar, mediante os procedimentos e eventuais atos que se fizerem necessários

no âmbito do MPES, a participação da Promotora de Justiça, Maria Clara Mendonça Perim, na sustentação oral do processo judicial nº 0031510-05.2011.8.08.0048 perante a sessão de julgamento do Tribunal de Justiça do Estado Espírito Santo.

2. Considerando o aparente descumprimento da decisão liminar deste Conselho Nacional pela Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, **ENCAMINHE- SE** à Corregedoria Nacional para as providências que julgar cabíveis.

Brasília, 19 de outubro de 2016.

Conselheiro GUSTAVO ROCHA  
Relator

#### DECISÃO DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

PROCESSO: PIC nº 0.00.000.000419.2016-37

REQUERENTE: Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais

#### DECISÃO

Diante disso, determino o encaminhamento de cópia do Ofício nº 1504/16-GAB à Seção de Acompanhamento de Decisões para ciência, e, após, o arquivamento do presente procedimento.

Brasília, 13 de outubro de 2016

Conselheiro FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA

#### DECISÃO DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - RPAMP Nº 1.00805/2016-37

Relator: Conselheiro SÉRGIO RICARDO DE SOUZA

Requerente:

CAO das PJ de Defesa do Patrimônio Público

Eduardo Nepomuceno de Sousa

Elisabeth Cristina dos Reis Villela

Geraldo Ferreira da Silva

Julio Cesar Luciano

Leonardo Duque Barbabela

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

#### DECISÃO

(...) Porém, não verifico perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo em razão da demora do provimento em definitivo apto a justificar a concessão da tutela de urgência neste momento, sem antes intimar a parte requerida para prestar as informações devidas, sobretudo considerando que os autos foram remetidos ao Procurador-Geral de Justiça, a quem cabe adotar as providências que entender adequadas ao caso.

Deixo expresso que este Relator não pretende adiantar, neste momento, qualquer juízo quanto à liminar ou ao mérito da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, ao apreciar promoção de arquivamento do inquérito público MPMG-0024.15.005680-2.



Diante do exposto, por ora, determino a intimação do teor da presente decisão ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, conferindo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para prestar informações, as quais devem vir acompanhadas de toda documentação sobre o objeto desta representação, informando, inclusive, as providências eventualmente adotadas a partir do decisum do Conselho Superior do MP/MG de fls. 179/180 e 182/183, à luz do art. 18, XXII da Lei Orgânica do Ministério Público do estado de Minas Gerais<sup>1</sup>.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de outubro de 2016.

Conselheiro SÉRGIO RICARDO DE SOUZA

Relator

DECISÃO DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

PEDIDO DE PROVIDÊNCIA Nº 1.00702/2016-30

Relator: Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Requerente: Jorge Luiz Ribeiro de Melos

Requerido: Procuradoria da República no Rio de Janeiro

DECISÃO

(...) Ante o exposto, determino o ARQUIVAMENTO da presente REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU EXCESSO DE PRAZO, nos termos do § 1º do artigo 36, c/c o artigo 43, inciso IX, alíneas b e c, ambos do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

Publique-se e intime-se.

Brasília/DF, 19 de outubro de 2016.

LEONARDO CARVALHO

Conselheiro Relator

## CORREGEDORIA NACIONAL

DECISÃO DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

AVOCAÇÃO Nº 0.00.000.000395/2016-16

REQUERENTE: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

REQUERIDO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Conclusão:

Diante de tudo o que foi exposto, sugere-se ao Exmo. Sr. Corregedor Nacional:

a) a AVOCAÇÃO do Processo Administrativo Disciplinar n. 864628.2014.30954.PGJ, em trâmite na Administração Superior do Ministério Público do Amazonas, em que figura como acusado o Promotor de Justiça, Dr. Gérson de Castro Coelho.

b) seja solicitada ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público:

b.1.) a aplicação de disponibilidade por interesse público com proventos proporcionais, nos termos do art. 326, inciso I, da LOMPAM;

b.2.) a determinação ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas que proponha ação civil própria para a aplicação da sanção disciplinar de perda do cargo, independentemente de prévia autorização do Colégio de Procuradores, que é suprida pela decisão do CNMP.

Brasília, 19 de outubro de 2016.

Rodrigo Leite Ferreira Cabral  
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional  
Promotor de Justiça (MPPR)

Decisão:

I - Acolho o pronunciamento feito pelo membro auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público, adotando-o como razões de decidir, para:

a) AVOCAR, ad referendum do Plenário, os autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 864628.2014.30954.PGJ, em trâmite na Administração Superior do Ministério Público do Amazonas, em que figura como acusado o Promotor de Justiça, Dr. Gérson de Castro Coelho, com fundamento no art. 18, inciso XVIII, do RI-CNMP.

b) PROMOVER ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público no sentido de que:

b1) aplique ao processado medida administrativa de disponibilidade por interesse público com proventos proporcionais, nos termos do art. 326, inciso I, da LOMPAM;

b.2.) determine ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas a propositura de ação civil própria para a aplicação da sanção disciplinar de perda do cargo, independentemente de prévia autorização do Colégio de Procuradores.

2. Requistem-se os autos, redistribuindo-os, incontinenti, a um Relator, nos termos regimentais. 3. Intimem-se,

4. Publique-se e

5. Cumpra-se, com urgência.

Brasília-DF, 20 de outubro de 2016.

CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO  
Corregedor Nacional do Ministério Público